



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
15/11/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 26

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
15/11/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 26

Aos quinze dias do mês de novembro de dois mil e doze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Dr. Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alberto Filomeno Esteves Cascalho;
- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 9:45 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

O Sr. Vereador Dr. Vítor Manuel Fernandes Pereira só chegou à reunião pelas 9:55 horas, no decurso do período de antes da ordem do dia, por ter ido a uma consulta médica.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. REQ. N.º 1749/12 – PC N.º 24/12 – ALTURA REAL, LDA.
2. REQ. N.º 247/11 – PC N.º 124/08 – JOAQUIM FERREIRA DA CRUZ
3. REQ. N.º 1784/12 – PC N.º 223/12 – JOÃO LOURENÇO MOTACO MOURINHO
4. REQ. N.º 1780/12 – PC N.º 358/11 – IRENO SANTOS
5. REQ. N.º 1787/12 – PC N.º 433/11 – CHERVINSKA HALYNA
6. REQ. N.º 1823/12 – PC N.º 343/06 – URBIFIX – SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS E CONSTRUÇÕES IMOBILIÁRIAS, LDA.

7. REQ. N.º 2324/11 – PC N.º 401/11 – CLÁUDIO EUSÉBIO DA PALMA GAGO
8. REQ. N.º 2550/11 – PC N.º 324/11 – PAULO JORGE FERREIRA DE JESUS
9. REQ. N.º 2341/10 – PC N.º 109/10 – ORLANDO DE JESUS GOMES DO NORTE
10. REQ. N.º 1094/12 – PC N.º 182/12 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
11. REQ. N.º 1841/12 – PC N.º 329/12 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
12. REQ. N.º 1842/12 – PC N.º 330/12 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
13. PRÉDIO DEGRADADO – RUA JOAQUIM CARVALHO DE OLIVEIRA, N.º 16 – MARINHA GRANDE - RISCO DE QUEDA DE ELEMENTOS CONSTRUTIVOS PARA A VIA PÚBLICA – PROTEÇÃO DA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – PROPRIETÁRIOS: HERDEIROS DE JOSÉ INÁCIO ALVES - FALTA DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO – VISTORIA URGENTE.
14. PRÉDIO EM RISCO DE DERROCADADA PARA A VIA PÚBLICA – PROTEÇÃO DA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – RUA DO VALE, S/Nº - PRAIA DE ÁGUA DE MADEIROS – MARINHA GRANDE - PROPRIETÁRIO: CARLOS ANTÓNIO RODRIGUES DA COSTA E OUTROS - FALTA DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO – VISTORIA URGENTE.
15. RISCO DE QUEDA DE ELEMENTOS CONSTRUTIVOS – INSTALAÇÕES DA EX-DÂMASO – RUA DOS VIDREIROS, N.º 28 E RUA PIRES DE CAMPOS – VIEIRA DE LEIRIA - SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – VISTORIA URGENTE.
16. PRÉDIO EM RISCO DE DERROCADADA – PROTEÇÃO DA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – RUA PIRES DE CAMPOS, NºS. 16 A 20, VIEIRA DE LEIRIA - RECLAMAÇÕES DE MORADORES PROPRIETÁRIA: RITA MARIA TEIXEIRA DINIS CUNHA FETEIRA GOMES CONCEIÇÃO E OUTROS - FALTA DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO – VISTORIA URGENTE.
17. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À SOCIEDADE DESPORTIVA E RECREATIVA DO PILADO E ESCOURA PARA A CONSTRUÇÃO DE UM RELVADO SINTÉTICO. REVOGAÇÃO. DELIBERAÇÃO FINAL.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- O **Sr. Presidente** solicitou a apreciação, fora da ordem do dia, de três assuntos, que identificou, o que foi por todos aceite, pelo que os mesmos serão discutidos e votados após a conclusão da ordem do dia da presente reunião.

 - O **Sr. Presidente** fez entrega dos seguintes documentos:
 - ⇒ Aos Srs. Vereadores Dr. António Santos e Dr.ª Alexandra Dengucho entregou os cartões de estacionamento emitidos pela TUMG, na sequência do pedido efetuado em reunião anterior;
 - ⇒ Ao Sr. Vereador Dr. António Santos entregou resposta escrita ao requerimento que havia apresentado na reunião anterior, relativo à empreitada da Resinagem.

 - O **Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho** chamou a atenção para os seguintes assuntos:
 - ⇒ Degradação dos pavimentos no centro da cidade, tendo alertado para a natureza do trânsito na cidade (camiões) e a chegada do inverno;
 - ⇒ Degradação do Parque Mártires, os gradeamentos encontram-se sem qualquer segurança, uma vez que foram roubados, havendo arames à vista;
 - ⇒ Perguntou se é verdade que se perderam os financiamentos do QREN para a J. Ferreira Custódio, tendo o **Sr. Presidente** respondido que sim. Em face desta resposta manifestou preocupação, pois desde sempre ele próprio e a CDU têm vindo a alertar para os atrasos. Com a quase inevitável escassez de recursos e com a possibilidade de em relação à Resinagem a Câmara ter que vir a pagar alguma indemnização, está-se a sobrecarregar o orçamento municipal, pelo que quer deixar expresso em ata o protesto dos Vereadores da CDU pela forma como o Município está a tratar estes assuntos;
 - ⇒ Estrada do Guilherme – continua a impossibilidade de virar à esquerda para os estabelecimentos comerciais, embora não lhe pareça que haja um grau de risco que justifique esta medida, pelo que pede ao Vereador que se interesse pelo caso e que verifique a possibilidade de repor a situação;
 - ⇒ Roubos de out-doors do PCP e pendões da CGTP relativos à greve – pretende saber se são intervenções dos serviços da Câmara ou não.
- O **Sr. Vereador Paulo Vicente** respondeu de imediato a esta questão, que tal como referiu também já tinha sido colocada na Assembleia Municipal pelo BE, informando que são roubos, pois também têm acontecido no Parque da Cerca com

o material inox dos WC e no Estádio Municipal, assim como também têm sido roubados contadores de água em várias zonas. Estes roubos já foram participados à PSP, uma vez que não foram os serviços da Câmara nem a empresa que nos presta o serviço que retiraram os placards e a propaganda política.

- O **Sr. Vereador Dr. António Santos** referiu que também pretende saber o que se passou com o processo da J. Ferreira Custódio, bem como quer resposta aos pedidos que tem vindo a fazer nas anteriores reuniões sobre a Resinagem e a U.D. de Leiria.

O Sr. Presidente respondeu o seguinte:

Resinagem – falou com o Sr. Dr. Victor Faria e ele não pode cá vir. Em resposta ao requerimento do Sr. Vereador entregou-lhe uma resposta escrita;

U.D. Leiria – não está a ser tomada qualquer diligência pois está a decorrer o prazo para a revitalização da UDL.

- A **Sr.ª Vereadora Dr.ª Alexandra Dengucho** abordou os seguintes assuntos:
 - ⇒ Resinagem e UDL – também pretendia saber o ponto de situação, para que depois não sejamos confrontados com algum valor exorbitante;
 - ⇒ Parque da Cerca – em dias de chuva houve sítios em que a água se juntou e impossibilitava a passagem, pelo que pede que seja revisto o seu escoamento;
 - ⇒ Assaltos – está preocupada, e pensa que a Câmara deveria encetar diligências no sentido de promover uma reunião formal com os comandos da PSP no sentido de tomar outras medidas;
 - ⇒ Rotunda da Zona Industrial – ainda não passou lá, mas as pessoas não param de se queixar, pelo que gostaria de saber se é possível minorar a situação.

O Sr. Vereador Paulo Vicente respondeu às seguintes questões:

Parque da Cerca – aqui, como noutros jardins, a água que se encontra a escorrer é dos aspersores que são vandalizados;

Rotundas – o projeto já é antigo e tinha a ver com a previsão, a sul, do alargamento da Zona Industrial, pelo que a Câmara, logo que esteja de posse dos terrenos, executará o projeto. A norte também há a possibilidade de consolidar uma saída de emergência.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 26

Depois de colocadas todas as questões, o Sr. Presidente prestou os seguintes esclarecimentos:

U.D. Leiria – aguardamos a data de término do processo de revitalização da UDL;

J. Ferreira Custódio – só a semana passada é que foi formalizada a compra dos terrenos da Zona Industrial e destas instalações, e só podemos fazer obras e candidatá-las quando temos a posse plena dos terrenos, o que não acontecia aqui. Os dois milhões de euros foram para outras três obras que substituíram a candidatura que havia para o alargamento da Zona Industrial. Lutámos até à última hora pela candidatura da J. Ferreira Custódio, tendo a Câmara enviado carta à CCDR a comunicar que não executava a obra por sua “culpa”. No próximo quadro comunitário de 2014 esta será uma das candidaturas a ser financiada;

Roubos – o novo Comissário da esquadra da PSP da Marinha Grande virá apresentar cumprimentos na próxima semana, pelo que talvez aproveite a ocasião para lhe solicitar que seja marcada uma reunião.

Sobre este assunto o **Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho** referiu que a situação dos roubos já vem de há 4 ou 5 anos, e já nessa altura as entidades estavam alertadas para a urgência da tomada de medidas, pois não são só os valores em causa mas sim a perturbação e o sobressalto social que causa nas populações.

O **Sr. Presidente** referiu que sempre tem chamado a atenção das forças de segurança distritais e locais.

Resinagem – houve uma reunião com os advogados da empresa A. Santana, em que participou pela primeira vez, tendo sido feita apenas uma primeira abordagem, mas há perspectivas de entendimento, não podendo neste momento adiantar mais nada.

Pavimentos – o **Sr. Vereador Paulo Vicente** informou que vai ser assinado um contrato para resolução de problemas graves de repavimentação nas ruas da Albergaria e na estrada que liga Pêro Neto às Trutas. O **Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho** pediu que seja também verificado o pavimento da ligação da Av.^a da Liberdade com a Av.^a 1.^o de Maio, uma vez que a situação é grave porque desapareceu toda a camada de desgaste e a pedra já está à vista.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

1 - REQ. N.º 1749/12 – PC N.º 24/12 – ALTURA REAL, LDA.

715 - Presente Pedido de Licenciamento referente à “*Obra de Construção de Moradia e Muros de Vedação*”, incluindo a “*Demolição de Edificação*” existente, localizada num prédio sito na Rua Mariana Barosa, Lugar de Picassinos, Freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico dos serviços que atesta a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do Projeto de Arquitetura apresentado, com determinadas condições.

Após a análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.**
2. **Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra, nomeadamente um passeio e respetivo remate da faixa de rodagem, na extensão total do prédio confinante com a Rua Mariana Barosa, conforme orientações comunicadas pelo Ofício n.º 847/12, de 26/09, cujos materiais deverão ser oportunamente definidos pelos serviços camarários competentes.**
3. **Os muros de vedação deverão ser executados em alvenaria, devidamente rebocados e pintados.**
4. **A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.**
5. **Aquando do início da construção, após a abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos serviços da Fiscalização à obra, para verificação da sua implantação, sendo o registo dessa deslocação no respetivo livro de obra, imprescindível para isenção de vistoria na futura concessão da respetiva autorização de utilização.**
6. **Assegurar a gestão de Resíduos da Construção e Demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12/03. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no se Anexo II.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

2 - REQ. N.º 247/11 – PC N.º 124/08 – JOAQUIM FERREIRA DA CRUZ

716 - Presente Pedido de Licenciamento referente à “*Legalização da Alteração e Ampliação de Moradia*” existente, localizada num prédio urbano sito na Rua do Freixoeiro, Lugar de Escoura, Freguesia de Marinha Grande, dispondo dos seguintes antecedentes:

Processo Camarário n.º 272/1985, em nome de Joaquim Ferreira da Cruz, referente ao Licenciamento da Obra de “*Construção de uma Moradia*”, à qual foi atribuído o Alvará de Construção n.º 551/1985, de 01/07.

Processo Camarário n.º 324/1988, em nome de Joaquim Ferreira da Cruz, referente ao Licenciamento da Obra de “*Construção de um Muro*”, à qual foi atribuído o Alvará de Construção n.º 448/1988, de 14/04.

Presente parecer técnico dos serviços que atesta a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do Projeto de Arquitetura apresentado, com determinadas condições.

Após a análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.**
2. **A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.**
3. **Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.**

Mais deliberou informar o requerente que, nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respectiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - REQ. N.º 1784/12 – PC N.º 223/12 – JOÃO LOURENÇO MOTACO MOURINHO

717 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Construção de Habitação Unifamiliar e Anexo*”, incluindo a “*Demolição Integral de Edificações Existentes*”, a levar a efeito num prédio urbano localizado na Rua da Serraria, Lugar de Vieira de Leiria, Freguesia de Vieira de Leiria, dispondo de Projeto de Arquitetura aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 06/09/2012.

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes informações técnicas dos serviços que atestam estarem os Projetos das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação.

Após a análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra, nomeadamente o remate da via pública em calçada grossa de granito até 3,75m do atual eixo da Rua da Serraria.**
2. **Os muros de vedação a realizar pelo requerente, deverão ser executados em alvenaria, devidamente rebocados e pintados.**
3. **A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.**
4. **Aquando do início da construção, após a abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos Serviços da Fiscalização à obra, para verificação da sua implantação, sendo o registo dessa deslocação no respetivo livro de obra, imprescindível para isenção de vistoria na futura concessão da respetiva Autorização de Utilização.**

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. **Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
2. **Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N.º 1780/12 – PC N.º 358/11 – IRENO SANTOS

718 - Presente Pedido de Licenciamento referente à “*Legalização da Construção de Oficina*”, levada a efeito num prédio urbano, sito no Lugar de Lameira da Embra, Freguesia de Marinha Grande, dispondo de Projeto de Arquitetura aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 06/06/2012.

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes informações técnicas dos serviços que atestam estarem os Projetos das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Apresentação, no prazo estipulado no Ofício n.º 499/12, de 08/06/2012, da Ficha Eletrotécnica do edifício.**
- 2. Cumprimento dos condicionalismos referidos no parecer Favorável Condicionado emitido pela Autoridade de Saúde – ACES Pinhal Litoral II da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P.**
- 3. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.**
- 3. Nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respectiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.**
- 4. Nos termos do disposto no n.º 3 do art. 3.º do Decreto-Lei n.º 259/2007, de 17/07, diploma que estabelece o regime a que está sujeita a instalação e modificação dos estabelecimentos de comércio ou de armazenagem de produtos alimentares, bem como dos estabelecimentos de comércio não alimentares e de prestação de serviços, antes da emissão da Autorização de Utilização, deverá remeter à Câmara Municipal, com cópia à Direção Geral das Atividades**

Económicas do Ministério da Economia e do Emprego, Declaração Prévia prevista no art. 4.º do mesmo diploma legal, elaborada e instruída de acordo com o modelo publicado em anexo à Portaria n.º 790/2007, de 23/07, na qual se responsabiliza que o estabelecimento cumpre todos os requisitos adequados ao exercício da atividade.

5. A *“afixação e inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, industrial, artesanal ou liberal, independentemente do suporte utilizado para a sua divulgação, quando visíveis ou perceptíveis do espaço público”*, ficam sujeitas a licenciamento, no âmbito do regime previsto no Regulamento de Publicidade e Ocupação do espaço Público com Equipamento Urbano do Município da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N.º 1787/12 – PC N.º 433/11 – CHERVINSKA HALYNA

719 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de *“Alteração de Espaço Existente”*, correspondente à Fração Autónoma designada pela letra “A” - rés-do-chão direito de um edifício sito na Avenida 1.º de Maio, Freguesia de Marinha Grande, tendo em vista a *“Instalação de Estabelecimento de Prestação de Serviços – Salão de Cabeleireiro e Estética”*, dispondo de Projeto de Arquitetura aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 19/01/2012.

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. Dotação de iluminação artificial e renovação de ar nos compartimentos interiores, adaptadas ao exercício das funções inerentes a cada um dos espaços, em cumprimento do Regulamento Geral de Higiene e Segurança do Trabalho nos Estabelecimentos Comerciais, de Escritório e Serviços, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 243/86, de 20/08.
2. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no

- prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.
 3. Nos termos do n.º 6 do art. 54.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.
 4. Nos termos do disposto no n.º 3 do art. 3.º do Decreto-Lei n.º 259/2007, de 17/07, diploma que estabelece o regime a que está sujeita a instalação e modificação dos estabelecimentos de comércio ou de armazenagem de produtos alimentares, bem como dos estabelecimentos de comércio de produtos não alimentares e de prestação de serviços, antes da emissão da Autorização de Utilização, deverá remeter à Câmara Municipal, com cópia à Direção Geral das Atividades Económicas do Ministério da Economia e do Emprego, Declaração Prévia prevista no art. 4.º do mesmo diploma legal, elaborada e instruída de acordo com o modelo publicado em anexo à Portaria n.º 790/2007, de 23/07, na qual se responsabiliza que o estabelecimento cumpre todos os requisitos adequados ao exercício da atividade.
 5. A *“afixação e inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, industrial, artesanal ou liberal, independentemente do suporte utilizado para a sua divulgação, quando visíveis ou perceptíveis do espaço público”*, ficam sujeitas a licenciamento, no âmbito do regime previsto no Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público com Equipamento Urbano do Município da Marinha Grande.
 6. Deverá ser dado cumprimento do preceituado na legislação em vigor sobre o ruído.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N.º 1823/12 – PC N.º 343/06 – URBIFIX – SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS E CONSTRUÇÕES IMOBILIÁRIAS, LDA.

720 - Presente requerimento n.º 1672/12, de 12/10, em nome de Urbifix – Sociedade de Investimentos e Construções Imobiliárias, Lda., titular do Processo de Licenciamento n.º 343/06, referente à Operação de Loteamento Urbano levada a efeito ao abrigo do Alvará de

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 15/11/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 26

Loteamento n.º 01/09, de 17/06, sobre um prédio rústico sito no Lugar de Comeira, Freguesia de Marinha Grande, a solicitar a substituição da Garantia Bancária n.º 00349334, datada de 24/03/2009, do Banco Espírito Santo, S.A., no valor inicial de € 350.717,05 (trezentos e cinquenta mil setecentos e dezassete euros e cinco cêntimos) e atualmente no valor de € 41.888,95 (quarenta e um mil oitocentos e oitenta e oito euros e noventa e cinco cêntimos), pela hipoteca voluntária a favor da Câmara Municipal da Marinha Grande, de um lote de terreno destinado à construção urbana, designado pelo Lote n.º 31, pertencente ao referido loteamento urbano, com a área de 1391m2, inscrito e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 16819, inscrito na respetiva matriz urbana sob o n.º 19155-P, com o valor patrimonial de 52.940,00€ (cinquenta e dois mil, novecentos e quarenta euros).

Presente Relatório de Avaliação ao referido prédio urbano, elaborado pelos respetivos serviços técnicos desta Câmara Municipal, apresentando o valor venal de 97.000€ (noventa e sete mil euros) para o lote em causa.

Presente requerimento n.º 1823/12, de 08/11, em nome de Urbifix – Sociedade de Investimentos e Construções Imobiliárias, Lda., a solicitar para efeitos da referida substituição, que a Câmara Municipal considere apenas o valor patrimonial do imóvel uma vez que este ultrapassa o valor da caução em causa e não o valor constante do Relatório de Avaliação elaborado pelos respetivos serviços camarários.

Presente parecer técnico dos serviços a enquadrar devidamente a pretensão.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou, nos termos previstos no n.º 2 do art. 54.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, aceitar a substituição da Garantia Bancária n.º 00349334, datada de 24/03/2009, do Banco Espírito Santo, S.A., no valor inicial de € 350.717,05 (trezentos e cinquenta mil setecentos e dezassete euros e cinco cêntimos) e atualmente no valor de € 41.888,95 (quarenta e um mil oitocentos e oitenta e oito euros e noventa e cinco cêntimos), pela hipoteca voluntária a favor da Câmara Municipal da Marinha Grande, de um lote de terreno destinado à construção urbana, designado pelo Lote n.º 31, pertencente ao referido loteamento urbano, com a área de 1391m2, inscrito e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 16819, inscrito na respetiva matriz urbana sob o n.º 19155-P, atualmente com o valor patrimonial de 52.940,00€ (cinquenta e dois mil, novecentos e quarenta euros).

Mais deliberou informar o requerente, que a libertação total da Garantia Bancária anteriormente referida, só poderá ocorrer após apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, inerente ao lote em causa, contendo o necessário registo de hipoteca voluntária a favor da Câmara Municipal da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N.º 2324/11 – PC N.º 401/11 – CLÁUDIO EUSÉBIO DA PALMA GAGO

721 - Presente Pedido de Licenciamento referente à “*Legalização da Construção de Telheiro*” designado por “*Alpendre*”, levado a efeito no logradouro da Fração “I” de um edifício habitacional existente, sito na Rua do Covão, Lugar de Vieira de Leiria, Freguesia da Vieira de Leiria.

Presente informação técnica dos serviços referindo a desconformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo o indeferimento do Projeto de Arquitetura apresentado, nos termos do disposto na alínea *a)* do n.º 1 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, por violar o n.º 9 do art. 5.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, ao propor um acréscimo de área que excede o índice máximo de construção bruto definido para o local de 0,5.

Após a análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara deliberou indeferir, nos termos do disposto na alínea *a)* do n.º 1 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, por violar o n.º 9 do art. 5.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, ao propor um acréscimo de área que excede o índice máximo de construção bruto definido para o local de 0,5.

Mais deliberou informar, que foi ultrapassado o prazo concedido ao abrigo dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, comunicado através do anterior Ofício n.º 32/2012, de 13/01, sem que o requerente tenha apresentado qualquer tipo de alegações às questões que motivaram o indeferimento da pretensão.

Deliberou ainda remeter o processo à Divisão Jurídica e de Contratação Pública, para informarem e documentarem fotograficamente o local objeto da presente pretensão, tendo em vista a instauração de eventual procedimento sancionatório aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N.º 2550/11 – PC N.º 324/11 – PAULO JORGE FERREIRA DE JESUS

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
15/11/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 26

722 - Presente Pedido de Licenciamento referente à “*Legalização da Construção de Telheiro*” designado por “*Alpendre*”, levado a efeito no logradouro da Fração “E” de um edifício habitacional existente, sito na Rua do Covão, Lugar de Vieira de Leiria, Freguesia de Vieira de Leiria.

Presente informação técnica dos serviços referindo a desconformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo o indeferimento do Projeto de Arquitetura apresentado, nos termos do disposto na alínea *a)* do n.º 1 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, por violar o n.º 9 do art. 5.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, ao propor um acréscimo de área que excede o índice máximo de construção bruto definido para o local de 0,5.

Após a análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara deliberou indeferir, nos termos do disposto na alínea *a)* do n.º 1 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Dec.-Lei n.º 26/2010, de 30/03, por violar o n.º 9 do art. 5.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, ao propor um acréscimo de área que excede o índice de máximo de construção bruto definido para o local de 0,5.

Mais deliberou informar, que foi ultrapassado o prazo concedido ao abrigo dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, comunicado através do anterior Ofício n.º 130/12, de 09/02, sem que o requerente tenha apresentado qualquer tipo de alegações às questões que motivaram o indeferimento da pretensão.

Deliberou ainda remeter o processo à Divisão Jurídica e de Contratação Pública, para informarem e documentarem fotograficamente o local objeto da presente pretensão, tendo em vista a instauração de eventual procedimento sancionatório aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N.º 2341/10 – PC N.º 109/10 – ORLANDO DE JESUS GOMES DO NORTE

723 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Instalação de Estabelecimento de Comércio a Retalho de Animais de Companhia e de Alimentos para Animais de Companhia*” a levar a efeito na Fração AZ, Loja 49, sita no 1.º andar do Centro Comercial Cristal Atrium, dispondo de Projeto de Arquitetura aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 28/10/2010.

Presente parecer técnico dos serviços propondo a Declaração da Caducidade do ato que aprovou o Projecto de Arquitetura relativo à Operação Urbanística em referência, por falta

da apresentação dos respetivos Projetos das Especialidades, no prazo estabelecido no art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 26/201, de 30/03.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou Declarar a Caducidade do ato que aprovou o Projecto de Arquitetura referente à obra de *“Instalação de Estabelecimento de Comércio a Retalho de Animais de Companhia e de Alimentos para Animais de Companhia”* a levar a efeito na Fração AZ, Loja 49, sita no 1.º andar do Centro Comercial Cristal Atrium, nos termos do n.º 6 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, bem como o arquivamento oficioso do respetivo processo, por falta da apresentação dos Projetos das Especialidades aplicáveis, no prazo estabelecido no art. 20.º do referido diploma legal.

Mais deliberou informar, que foi ultrapassado o prazo concedido ao abrigo dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, comunicado através do anterior Ofício n.º 1095/11, de 20/12, sem que o requerente tenha apresentado qualquer tipo de alegações às questões que motivaram a Declaração de Caducidade agora proferida.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N.º 1094/12 – PC N.º 182/12 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

724 - Presente Despacho do Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, datado de 06/11/2012, com o seguinte teor:

“Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos constantes no presente processo, o Vice - Presidente da Câmara Municipal proferiu o seguinte despacho:

Considerando o parecer emitido pelos serviços da DOEM - Divisão de Obras e Equipamentos Municipais, a enquadrar devidamente a pretensão, tendo em conta que é referido que a rede de gás deve ser compatibilizada com o projeto de execução das restantes infraestruturas, e tendo em conta que no momento está a ser executada a obra de requalificação da Rua dos Agostinhos, sendo, por isso, urgente a tomada de decisão, de modo a que a rede de gás seja executada em articulação com os serviços municipais, considera-se não ser possível aguardar a realização da próxima reunião de Câmara, agendada para 15 de novembro, não sendo possível reunir extraordinariamente antes daquela data.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 15/11/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 26

Assim, nos termos do disposto no n.º 3 do art.68.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01, defere-se o pedido de Ocupação da Via Pública para abertura de vala em 120,00 m de pavimento, para execução de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a executar na Rua dos Agostinhos, Freguesia de Marinha Grande, condicionada a que a respetiva execução seja devidamente articulada com os serviços da DOEM, devendo, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas do Município da Marinha Grande e demais legislação aplicável, sendo o presente pedido presente na próxima reunião de Câmara para a respetiva ratificação.”

Após análise da pretensão, a Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 do art.º 68.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01, delibera ratificar o despacho transcrito.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N.º 1841/12 – PC N.º 329/12 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

725 - Presente Pedido de Ocupação da Via Pública para abertura de vala em 28,00 metros de betuminoso e 11,00 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a efeito na Rua Central, n.º 95, n.º 101, n.º 101 R/C, e n.º 103, Lugar da Garcia, e na Rua 11 de Março de 1988, n.º 10, Lugar de Amieirinha, todos da Freguesia de Marinha Grande, dispondo de parecer técnico dos serviços da Divisão de Obras e Equipamentos Municipais, a enquadrar devidamente a pretensão.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir o Pedido de Ocupação da Via Pública para abertura de vala em 28,00 metros de betuminoso e 11,00 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a efeito na Rua Central, n.º 95, n.º 101, n.º 101 R/C, e n.º 103, Lugar da Garcia, e na Rua 11 de Março de 1988, n.º 10, Lugar de Amieirinha, todos da Freguesia de Marinha Grande, devendo os pavimentos ser repostos de forma a assegurar as condições iniciais e o solo devidamente compactado para evitar abatimentos, por forma a que o piso fique, no mínimo, como se encontra antes da intervenção pretendida, sendo que os trabalhos de reposição de pavimentos devem ser acompanhados por técnicos da Divisão de Obras e Equipamentos Municipais. Deverão, ainda salvaguardar-se todas as normas de

segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - REQ. N.º 1842/12 – PC N.º 330/12 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

726 - Presente Pedido de Ocupação da Via Pública para abertura de vala em 1,00 metro de betuminoso e 1,00 metro de valeta, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a efeito na Rua da Ribeira à Amieirinha, n.º 17, Freguesia de Marinha Grande, dispondo de parecer técnico dos serviços da Divisão de Obras e Equipamentos Municipais, a enquadrar devidamente a pretensão.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir o Pedido de Ocupação da Via Pública para abertura de vala em 1,00 metro de betuminoso e 1,00 metro de valeta, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a efeito na Rua da Ribeira à Amieirinha, n.º 17, Freguesia de Marinha Grande, devendo os pavimentos ser devidamente repostos de forma a assegurar as condições iniciais e o solo devidamente compactado para evitar abatimentos, por forma a que o piso fique, no mínimo, como se encontra antes da intervenção pretendida, devendo ainda, salvaguardar-se todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - PRÉDIO DEGRADADO – RUA JOAQUIM CARVALHO DE OLIVEIRA, N.º 16 – MARINHA GRANDE - RISCO DE QUEDA DE ELEMENTOS CONSTRUTIVOS PARA A VIA PÚBLICA – PROTEÇÃO DA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – PROPRIETÁRIOS: HERDEIROS DE JOSÉ INÁCIO ALVES - FALTA DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO – VISTORIA URGENTE.

727 - Considerando a informação do Serviço Municipal de Proteção Civil I/1188/2012, de 30-10-2012, relatando o elevado estado de degradação com risco de queda de elementos

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
15/11/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 26

construtivos para a via pública, do prédio sito na Rua Joaquim Carvalho de Oliveira, n.º 16, Marinha Grande, propriedade dos herdeiros de José Inácio Alves;

Considerando que na ficha de caracterização do imóvel em causa este foi caracterizado em termos do seu estado de conservação geral com “risco alto”, sendo nela identificados os herdeiros e proprietários do prédio, Rosa Maria Alves João, José Inácio Jesus Alves e João Alves, todos residentes no concelho da Marinha Grande;

Considerando que por e-mail enviado por aqueles Serviços de Proteção Civil foram os proprietários alertados para a necessidade de implementarem, com urgência, as medidas e os trabalhos necessários à minimização das perigosidades decorrentes do estado de degradação do edifício, classificado com «risco alto»;

Considerando ainda que sobre os proprietários impende o dever de realização de obras de conservação das edificações, pelo menos, uma vez a cada oito anos e, independentemente desse prazo, de realização de todas as obras necessárias à manutenção da sua segurança, salubridade e arranjo estético – art.º 89.º do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação,

A Câmara Municipal delibera, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 89.º, n.º 2 e 90.º, n.º 1, ambos do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, determinar a realização, com carácter de urgência, de uma vistoria ao edifício sito na Rua Joaquim Carvalho de Oliveira, n.º 16, freguesia e concelho de Marinha Grande, tendo em vista determinar os riscos e as perigosidades para a segurança de pessoas e bens e para a via pública, identificar as adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devem ser implementadas, estabelecendo, se for o caso, a ordem de prioridades.

A vistoria será realizada pelos técnicos desta Câmara Municipal, Eng.ª. Cláudia Mota, da DOPP-Divisão de Ordenamento, Planeamento e Projetos, Arqt.ª. Isabel Roque, da DUL-Divisão de Urbanismo e Licenciamento e pela Dr.ª. Eunice Marques, da DASUP-Divisão de Ambiente, Serviços Urbanos/Proteção Civil.

Nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs. 2 e 3 do citado artigo 90.º, deve notificar-se a presente deliberação aos proprietários do prédio objeto da vistoria, Rosa Maria Alves João, residente na Rua Central, n.º 16, Albergaria, João Alves, residente na Rua Gregório Marques, n.º 2 – R/Chão, Albergaria e José Inácio de Jesus Alves, residente na Rua da Mata, n.º 17, Garcia, com a antecedência mínima de 7 dias relativamente à data da realização da vistoria.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**14 - PRÉDIO EM RISCO DE DERROCADA PARA A VIA PÚBLICA – PROTEÇÃO DA
SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – RUA DO VALE, S/Nº - PRAIA DE ÁGUA DE
MADEIROS – MARINHA GRANDE - PROPRIETÁRIO: CARLOS ANTÓNIO RODRIGUES
DA COSTA E OUTROS - FALTA DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO –
VISTORIA URGENTE.**

728 - Considerando a informação do Serviço Municipal de Proteção Civil I/1163/2012, de 22-10-2012, relatando o elevado estado de degradação com risco de derrocada e perigo na segurança da via pública, do prédio sito na Rua do Vale, S/Nº., Praia de Água de Madeiros, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de Carlos Dias da Costa e outros;

Considerando que na ficha de caracterização do imóvel em causa são relacionadas (no contrato de fornecimento de água) as sociedades Dias Costa & Cª. Ldª., e A1 – Gestão e Consultoria, Ldª., tendo-se identificado o sócio-gerente comum às mesmas, Carlos António Rodrigues da Costa, residente na Rua Dr. Agostinho Tinoco, Lote 1, Apartado 2977, 2400-084 Leiria, e não Carlos Dias da Costa;

Considerando que por e-mail enviado por aqueles Serviços de Proteção Civil foi o proprietário alertado para a necessidade de realizar, com urgência, as medidas e os trabalhos a que se havia proposto em 10-11-2010, necessários à minimização das perigosidades decorrentes do estado de degradação do edifício, classificado com «risco muito alto», sem que o mesmo tenha revelado interesse na resolução do problema,

Considerando ainda que sobre os proprietários impende o dever de realização de obras de conservação das edificações, pelo menos, uma vez a cada oito anos e, independentemente desse prazo, de realização de todas as obras necessárias à manutenção da sua segurança, salubridade e arranjo estético – art.º 89.º do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação,

A Câmara Municipal delibera, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 89.º, n.º 2 e 90.º, n.º 1, ambos do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, determinar a realização, com carácter de urgência, de uma vistoria ao edifício sito na Rua do Vale, S/Nº, Praia de Água de Madeiros, freguesia e concelho de Marinha Grande, tendo em vista determinar os riscos e as perigosidades para a segurança de pessoas e bens e para a via pública, identificar as adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devem ser implementadas, estabelecendo, se for o caso, a ordem de prioridades.

A vistoria será realizada pelos técnicos desta Câmara Municipal, Engª. Cláudia Mota, da DOPP-Divisão de Ordenamento, Planeamento e Projetos, Arqtª. Isabel

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 15/11/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 26

Roque, da DUL-Divisão de Urbanismo e Licenciamento e pela Dr.ª. Eunice Marques, da DASUP-Divisão de Ambiente, Serviços Urbanos/Proteção Civil.

Nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs. 2 e 3 do citado artigo 90.º, deve notificar-se a presente deliberação ao proprietário do prédio objeto da vistoria, Carlos António Rodrigues da Costa, titular do NIF 115329382, residente na Rua Dr. Agostinho Tinoco, Lote 1, Apartado 2977, 2400-084 Leiria, com a antecedência mínima de 7 dias relativamente à data da realização da vistoria.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - RISCO DE QUEDA DE ELEMENTOS CONSTRUTIVOS – INSTALAÇÕES DA EX-DÂMASO – RUA DOS VIDREIROS, N.º 28 E RUA PIRES DE CAMPOS – VIEIRA DE LEIRIA - SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – VISTORIA URGENTE.

729 - Considerando o teor da informação dos Serviços Municipais de Proteção Civil l/1179/2012, de 26-10-2012, na qual são relatadas as condições de elevada e perigosa degradação do edificado das instalações da ex-Damaso, sitas na Rua dos Vidreiros, n.º 28 e Rua Pires de Campos, freguesia de Vieira de Leiria, cuja gestão, conservação e manutenção se encontra a cargo do respetivo Administrador da Insolvência, Dr. José António de Carvalho Cecílio, com domicílio profissional na Rua Barreto Perdigão, n.º 1 – 1.º Esquerdo, 2410-087 Leiria;

Considerando o teor da ficha de caracterização do imóvel a qual classifica o mesmo em termos do seu estado de conservação geral com “risco muito alto”;

Considerando o teor do auto de ocorrência n.º 8/EM/2012, de 19-05-2012 no qual se descreve o colapso do telhado do pavilhão e a situação de instabilidade de uma das paredes, na sequência do qual foi enviado e-mail em 21-05-2012, e reiterado em 22-10-2012, ao Administrador da Insolvência, alertando-o para as inúmeras e graves perigosidades do edifício e para a urgência da tomada de medidas tendentes a eliminar quaisquer riscos para a segurança de pessoas e bens, sem sucesso;

A Câmara Municipal delibera, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 89.º, n.º 2 e 90.º, n.º 1, ambos do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, determinar a realização, com carácter de urgência, de uma vistoria às edificações da ex-Dâmaso, sitas na Rua dos Vidreiros, n.º 28 e também confinante com a Rua Pires de Campos, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, cuja gestão, manutenção e conservação se encontra a cargo do Administrador da Insolvência, Dr. José António de Carvalho Cecílio, tendo em vista determinar os

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
15/11/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 26

riscos para a segurança de pessoas e bens, identificar as adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devem ser implementadas, fixando, se for caso disso, a respetiva ordem de prioridades.

A vistoria será realizada pelos técnicos desta Câmara Municipal, Engº. Rui Vicente, da DOPP-Divisão de Ordenamento, Planeamento e Projetos, Arqtº. Mauro Oliveira, da DUL-Divisão de Urbanismo e Licenciamento e pela Drª. Eunice Marques, da DASUP-Divisão de Ambiente, Serviços Urbanos/Proteção Civil.

Nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs. 2 e 3 do citado artigo 90.º, deve notificar-se a presente deliberação ao Administrador da Insolvência, Dr. José António de Carvalho Cecílio, com domicílio profissional na Rua Barreto Perdigão, n.º 1 – 1.º Esquerdo, 2410-087 Leiria, com a antecedência mínima de 7 dias relativamente à data da realização da vistoria.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - PRÉDIO EM RISCO DE DERROCADA – PROTEÇÃO DA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – RUA PIRES DE CAMPOS, NºS. 16 A 20, VIEIRA DE LEIRIA - RECLAMAÇÕES DE MORADORES PROPRIETÁRIA: RITA MARIA TEIXEIRA DINIS CUNHA FETEIRA GOMES CONCEIÇÃO E OUTROS - FALTA DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO – VISTORIA URGENTE.

730 - Considerando as várias reclamações de moradores e proprietários de prédios na Rua Pires de Campos, em Vieira de Leiria, relativas ao elevado estado de degradação dos prédios sitos nos nºs. 16 a 20 da mesma Rua, propriedade de Rita Maria Teixeira Dinis Cunha Feteira Gomes Conceição e outros, a última das quais recebida em 05-11-2012, do Sr. Diamantino Faustino, que veio acompanhada de fotografias ilustrativas da derrocada de partes substanciais da edificação, com elevados riscos para a segurança de pessoas e bens;

Considerando as informações do Serviço Municipal de Proteção Civil sobre a matéria e a notificação S/3835/2012, de 23-08-2012, enviada à proprietária dos prédios, na qual foi a mesma alertada para a necessidade de realizar, com urgência, as medidas e os trabalhos necessários à minimização das perigosidades decorrentes do elevado estado de degradação dos edifícios, sem sucesso,

Considerando ainda que sobre os proprietários impende o dever de realização de obras de conservação das edificações, pelo menos, uma vez a cada oito anos e, independentemente desse prazo, de realização de todas as obras necessárias à manutenção da sua segurança,

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
15/11/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 26

salubridade e arranjo estético – art.º 89.º do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação,

A Câmara Municipal delibera, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 89.º, n.º 2 e 90.º, n.º 1, ambos do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, determinar a realização, com carácter de urgência, de uma vistoria aos edifícios sitos na Rua Pires de Campos, nºs. 16 a 20, em Vieira de Leiria, tendo em vista determinar os riscos e as perigosidades para a segurança de pessoas e bens, identificar as adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devem ser implementadas, estabelecendo, se for o caso, a ordem de prioridades.

A vistoria será realizada pelos técnicos desta Câmara Municipal, Eng.ª. Cristina Silva, da DOPP-Divisão de Ordenamento, Planeamento e Projetos, Arqt.º. Ricardo Santos, da DUL-Divisão de Urbanismo e Licenciamento e pela Dr.ª. Eunice Marques, da DASUP-Divisão de Ambiente, Serviços Urbanos/Proteção Civil.

Nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs. 2 e 3 do citado artigo 90.º, deve notificar-se a presente deliberação à proprietária dos prédios objeto da vistoria, Rita Maria Teixeira Dinis Cunha Feteira Gomes Conceição, titular do NIF 182841243, residente na Rua Maestro António Taborda, n.º 56 – 2.º, 1200-716 Lisboa, com a antecedência mínima de 7 dias relativamente à data da realização da vistoria.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À SOCIEDADE DESPORTIVA E RECREATIVA DO PILADO E ESCOURA PARA A CONSTRUÇÃO DE UM RELVADO SINTÉTICO. REVOGAÇÃO. DELIBERAÇÃO FINAL.

731 - Na sequência da deliberação camarária, de 4 de outubro passado, foi a Sociedade Desportiva e Recreativa do Pilado e Escoura notificada para se pronunciar, querendo, em sede de audiência prévia escrita, sobre a intenção de revogar a deliberação n.º 727, de 1 de outubro de 2009.

Presente E/7871/2012, de 22 de outubro, na qual a referida SDRPE vem alegar que executou infraestruturas ao nível de drenagem, rega e iluminação pública, que a conjuntura económica atual não tem permitido continuar a execução dos trabalhos e que tem interesse em terminá-los pelo que requer a respetiva prorrogação do prazo para o efeito.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
15/11/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 26

Considerando que não foi apresentado um plano concreto de execução dos restantes trabalhos e que a situação não se pode manter indefinidamente.

Considerando que, por deliberação de 1 de outubro de 2009, foi atribuído um subsídio à Sociedade Desportiva e Recreativa Pilado e Escoura para comparticipação de 50 % das despesas da construção de um relvado sintético até ao limite máximo de cem mil euros.

Considerando que já decorreram 3 anos sem que se tenha concretizado a ação proposta e que não é possível manter indefinidamente em aberto e comprometido o montante limite do subsídio atribuído.

Considerando que a não concretização da ação deve ser refletida no processo administrativo.

Considerando que a prossecução do interesse público, a cargo desta autarquia, não se compadece com a imobilização de valores tão elevados que podem ser direcionados para outras Associações que promovam ações a concretizar de imediato.

Considerando que quando a SDRPE reunir todas as condições para assegurar a execução dos trabalhos em falta poderá solicitar um novo apoio financeiro a esta autarquia, que será apreciado em função dos fundos disponíveis.

Assim, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 140.º, n.º 1, do Código do Procedimento Administrativo, revogar, na parte correspondente aos trabalhos não executados, a deliberação camarária n.º 727, de 1 de outubro de 2009, por não se ter concretizado em tempo a ação de construção de um relvado sintético pela Sociedade Desportiva e Recreativa Pilado e Escoura.

A presente deliberação foi aprovada por maioria, com 6 votos a favor e 1 voto contra da Sr.ª Vereadora Dr.ª Alexandra Dengucho.

O Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Votei favoravelmente, tendo em conta os argumentos apresentados pelo executivo permanente em termos das verbas disponíveis e da possibilidade dessas verbas poderem reverter em favor de outras coletividades do concelho, e porque a coletividade não tem, para já, atividade desportiva que justifique a manutenção da verba. Também porque a deliberação assume o compromisso de numa primeira fase, logo que a coletividade reúna condições, poder vir a beneficiar de um novo apoio.”

Esta declaração foi subscrita pelo Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho.

A Sr.ª Vereadora Dr.ª Alexandra Dengucho proferiu a seguinte declaração de voto:

“Votei contra porque entendo que a coletividade, através da sua direção, espelhou ainda a vontade de avançar com a obra, e por outro lado porque a concretizar-se poderia ser a alavanca necessária para a implementação da atividade desportiva.”

A Sr.ª Vereadora Dr.ª Cidália Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Conhecendo a atividade desportiva da localidade e as condições difíceis que estão a passar, em consciência, não se vislumbra por parte da entidade Pilado e Escoura, que também assim o expressou, a possibilidade de concretizar esta obra a médio prazo.

Votei favoravelmente porque esta verba pode possibilitar o apoio a outras entidades do concelho que neste momento têm implementado atividades desportivas com número considerável de praticantes e que a poderão vir a utilizar num curto espaço de tempo. Mais ainda, da própria deliberação consta que é intenção desta autarquia poder vir a apoiar este clube logo que o mesmo manifeste as condições necessárias e suficientes para poder concretizar a obra.”

Esta declaração foi subscrita pelo Sr. Vereador Paulo Vicente e pelo Sr. Presidente.

A Sr.ª Vereadora Dr.ª Alexandra Dengucho pediu para acrescentar o seguinte:

“Na sequência da declaração de voto proferida pela Sr.ª Vereadora acrescento que na minha opinião não é cortando subsídios que se ajuda a ultrapassar as condições difíceis das nossas coletividades.”

A Sr.ª Vereadora Dr.ª Cidália Ferreira declarou o seguinte:

“Quero que conste que não consideramos estar a cortar um subsídio a esta coletividade mas a suspendê-lo pelo período necessário a reunirem as condições para concretização da obra, não impedindo, e dadas as dificuldades financeiras que todos reconhecem estarmos a passar, ou venha a inviabilizar a concretização do apoio a outras coletividades.”

18 - SERVIÇO DE VARREDURA MANUAL DAS RUAS, COM CORTE DE ERVAS E APLICAÇÃO DE HERBICIDAS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE. EXECUÇÃO DE CAUÇÃO. DELIBERAÇÃO FINAL.

732 - Na sequência da deliberação camarária, de 4 de outubro de 2012, foi a empresa Vadeca Jardins, SA, notificada para se pronunciar, querendo, em sede de audiência prévia, sobre a intenção de declarar perdido a favor da entidade adjudicante o valor da caução prestada.

Não foram apresentadas quaisquer alegações.

Considerando que, por deliberação camarária, de 30 de junho de 2011, foi aprovado um acordo para a resolução de um litígio pendente entre esta autarquia e a empresa Vadeca Jardins, SA.

Considerando que o Município cumpriu, na íntegra, a parte que lhe cabia desse acordo.

Considerando que a empresa Vadeca Jardins, SA não procedeu à liquidação do valor correspondente às multas fixadas no montante de 16.552,91 euros.

Considerando que a empresa em causa aceitou de modo expresse a dívida a que se refere o parágrafo antecedente.

Considerando que “a entidade adjudicante pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial” nos casos de não cumprimento das obrigações contratuais, nos termos do artigo 69.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho.

Considerando que a empresa instada, em 9 de julho passado, a efetuar o pagamento do valor em dívida, nada fez.

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com o artigo 69.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, delibera declarar perdida a favor da entidade adjudicante o valor da caução prestada pela empresa Vadeca Jardins, SA, no montante de 6.240,00 euros, em face do não cumprimento das suas obrigações contratuais.

A presente deliberação foi aprovada por unanimidade.

19 - BENEFICIAÇÃO DA RUA DOS AGOSTINHOS – CEDÊNCIA 88,05M DE TERRENO DE MARINHOBRA – COMPRA, VENDA E REVENDA DE BENS IMÓVEIS, LDA

733 - Para a empreitada de “Beneficiação da Rua dos Agostinhos”, foram realizados os contactos necessários à efectivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para cedência de terreno necessário do prédio rústico propriedade de Marinhobra – Compra, Venda e Revenda de Imóveis, Lda, com NIPC 504204769, com artigo matricial nº. 19560 e registo na Conservatório do Registo Predial com o nº. 19620/20120309, que confronta a Norte com Aceiro, a Sul com Caminho, a Nascente com Marinhobra – Compra, Venda e Revenda de Imóveis, Lda e a Poente com

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 15/11/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 26

Rua dos Agostinhos. O proprietário do imóvel concordou com a cedência do terreno (88,05m) sem contrapartidas.

A Câmara depois de analisar o assunto delibera ratificar a negociação da cedência de parcela de terreno de 88,05m , do prédio de que é proprietária de Marinhobra – Compra, Venda e Revenda de Imóveis, Lda, com NIPC 504204769, com artigo matricial nº. 19560 e registo na Conservatório do Registo Predial com o nº. 19620/20120309, que confronta a Norte com Aceiro, a Sul com Caminho, a Nascente com Marinhobra – Compra, Venda e revenda de Imóveis, Lda e a Poente com Rua dos Agostinhos, para “Beneficiação da Rua dos Agostinhos”, que passa a integrar o domínio público, conforme consta da ficha anexa (Anexo 1) elaborada pelos Serviços Técnicos, assinada pelo proprietário e pelo Vereador Sr. Paulo Jorge Campos Vicente, e que aqui se dá por reproduzida, devendo o proprietário, na sequência desta cedência, promover a actualização da respectiva área junto dos serviços públicos competentes.

Mais delibera emitir a correspondente certidão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

20 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – CONTROLO DA QUALIDADE DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO PARA O ANO 2013

734 - A Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2012, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 26º da Lei do Orçamento de Estado de 2012, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 8 do art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 9/2012 de 10 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, e Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos nºs 4 e 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento da DGAEP, formulado nas suas FAQ'S, que o art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do n.º 8 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos nºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego publico e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, atento o disposto no n.º 1 do art.º 20.º e no n.º 1 do art.º 26.º ambos da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, de acordo com o qual a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2012, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2011.

Presente a informação n.º EM/16/2012 e requisição interna n.º 11366 do serviço da DOEM – Divisão de obras e equipamentos municipais na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização de serviços para o controlo da qualidade de água para consumo humano para o ano 2013, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 8. do art.º 26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012.

O procedimento a adoptar é o Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste em serviços para o controlo da qualidade de água para consumo humano, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2013 para a contratação de serviços de

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 15/11/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 26

“Controlo da qualidade de água para consumo humano para o ano 2013”, na classificação orgânica/económica 10/020220, ação do PAM 2010/A/179.

Considerando que o preço base a aplicar é de 5.818,00 euros, a acrescer de IVA à taxa 23%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10%, atento contrato celebrado em 2011, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado no n.º1 do art.º26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato que se pretende celebrar para *“Controlo da qualidade de água para consumo humano para o ano 2013”*.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 12/11/2012, deliberou conceder autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais com a celebração do contrato de *“Controlo da qualidade de água para consumo humano para o ano 2013”*, dando cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro, conforme deliberação em anexo.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro e os preceitos estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5, alíneas a) e b), do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação de serviços de *“Controlo da qualidade de água para consumo humano para o ano 2013”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

21 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – MANUTENÇÃO DE MEIOS DE ELEVÇÃO INSTALADOS EM DIVERSOS EDIFÍCIOS MUNICIPAIS PARA O PERÍODO DE 1 DE JANEIRO DE 2013 A 31 DE DEZEMBRO DE 2014.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
15/11/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 26

735 - A Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2012, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 26.º da Lei do Orçamento de Estado de 2012, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 8 do art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 9/2012 de 10 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, e Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação

quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento da DGAEP, formulado nas suas FAQ'S, que o art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do n.º 8 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, atento o disposto no n.º 1 do art.º 20.º e no n.º 1 do art.º 26.º ambos da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, de acordo com o qual a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2012, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2011.

Presente informação SS.304.2012 de 29-10-2012 do serviço da DOEM, na qual se justifica a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização da manutenção de meios de elevação instalados em diversos edifícios municipais para o período de 1 de Janeiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2014, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 8.º do artº 26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012.

O procedimento a adoptar é o Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste em serviços manutenção de meios de elevação instalados em diversos edifícios municipais, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012, de acordo com a descrição seguinte, dotação para a assunção de despesa nos anos de 2013 e 2014:

- *“ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO ELEVADOR DO ARQUIVO MUNICIPAL”* na classificação orgânica/económica 08/020219 e ação do PAM 2012/A/84;
- *“ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO ELEVADOR DA BIBLIOTECA MUNICIPAL”* na classificação orgânica/económica 08/020219 e ação do PAM 2012/A/69;
- *“ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO ELEVADOR DO CENTRO EMPRESARIAL”* na classificação orgânica/económica 10/020219 e ação do PAM 2012/A/12;
- *“ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO ELEVADOR DO CINE-TEATRO ACTOR ÁLVARO”* na classificação orgânica/económica 08/020219 e ação do PAM 2012/A/64.

Considerando a informação de cabimento emitida pela Divisão de Gestão Financeira.

Considerando que o preço base a aplicar é de 3.244,00 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar, pelo período de 2 anos, e que este respeita a redução remuneratória em cumprimento do preceituado no n.º1 do art.º26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato que se pretende celebrar de *“Manutenção de meios de elevação instalados em diversos edifícios municipais para o período de 1 de Janeiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2014”*, por este contemplar dois exercícios económicos.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
15/11/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 26

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 12/11/2012, deliberou conceder autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais com a celebração do contrato de *“Manutenção de meios de elevação instalados em diversos edifícios municipais para o período de 1 de Janeiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2014”*, dando cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, conforme deliberação em anexo.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e os preceitos estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação de *“Manutenção de meios de elevação instalados em diversos edifícios municipais para o período de 1 de Janeiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2014”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

22 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE “PAGAMENTO POR MULTIBANCO NOS SERVIÇOS DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE PARA O PERÍODO DE 1 DE DEZEMBRO DE 2012 A 31 DE DEZEMBRO DE 2013”

736 - A Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2012, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 26º da Lei do Orçamento de Estado de 2012, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 8 do art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 9/2012 de 10 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, e Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento da DGAEP, formulado nas suas FAQ'S, que o art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do n.º 8 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;

- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, atento o disposto no n.º 1 do art.º 20.º e no n.º 1 do art.º 26.º ambos da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, de acordo com o qual a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2012, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2011.

Presente a informação do serviço da DGF – Divisão de Gestão Financeira, na qual se justifica a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização da prestação de serviços de *“Pagamento por multibanco nos serviços da Câmara Municipal da Marinha Grande para o período de 1 de dezembro de 2012 a 31 de dezembro de 2013”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 8.º do art.º 26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012.

O procedimento a adoptar é o Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste em serviços de pagamento por multibanco nos serviços da Câmara Municipal da Marinha Grande, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 15/11/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 26

Considerando que se encontra inscrito no Orçamento da Despesa de 2012 a dotação para a assunção de despesa relativa à contratação da prestação de serviços de *“Pagamento por multibanco nos serviços da Câmara Municipal da Marinha Grande para o período de 1 de dezembro de 2012 a 31 de dezembro de 2013”* nas classificações orgânica/económica 0103/020220 e 0103/030601.

Considerando que o preço base a aplicar é de 4.901,00 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10% em cumprimento do preceituado no n.º1 do art.º26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato que se pretende celebrar de *“Pagamento por multibanco nos serviços da Câmara Municipal da Marinha Grande para o período de 1 de dezembro de 2012 a 31 de dezembro de 2013”*.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 12/11/2012, deliberou conceder autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais com a celebração do contrato de *“Pagamento por multibanco nos serviços da Câmara Municipal da Marinha Grande para o período de 1 de dezembro de 2012 a 31 de dezembro de 2013”*, dando cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro, conforme deliberação em anexo.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro e os preceitos estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação de serviços para *“Pagamento por multibanco nos serviços da Câmara Municipal da Marinha Grande para o período de 1 de dezembro de 2012 a 31 de dezembro de 2013”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**23 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO
ARTIGO 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O
ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DOS ESTALEIROS MUNICIPAIS DA MARINHA GRANDE**

737 - A Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2012, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 26º da Lei do Orçamento de Estado de 2012, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 8 do art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 9/2012 de 10 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro,

alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, e Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o nº 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos nºs 4 e 8 do artigo 26.º da Lei nº 64 – B/2011, de 30 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento da DGAEP, formulado nas suas FAQ'S, que o art.º 26 da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do nº 8 do artigo 26º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos nºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, atento o disposto no nº 1 do art.º 20.º e no nº 1 do art.º 26.º ambos da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, de acordo com o qual a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2012, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2011.

Considerando a informação do serviço da DOEM – Divisão de obras e equipamentos municipais na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização de serviços de vigilância dos estaleiros municipais da Marinha Grande, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no nº 8.º do artº 26.º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012.

O procedimento a adoptar é o Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste em serviços de vigilância, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que por despacho do Sr. Vice-Presidente datado de 28-09-2012 foi determinada a abertura de procedimento por concurso público para a *“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DOS ESTALEIROS MUNICIPAIS DA MARINHA GRANDE”*, atenta deliberação da Assembleia Municipal de 27 de setembro de 2012 pela qual foi aprovada a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, para o período de 12 meses.

Considerando que o preço base definido para o P.A. N.º 54/2012-AP/DOEM foi de 54.432,00 euros, preço mensal de 4.536,00 euros, acrescido de IVA à taxa de 23%, e que o mesmo respeitou a redução remuneratória de 10%, atento contrato celebrado em 2011, em cumprimento do preceituado no n.º1 do art.º26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Considerando que atentas as propostas apresentadas pelos concorrentes, em sede de concurso público publicado no DRE com o n.º 189 a 28 de Setembro de 2012, foi elaborado o relatório preliminar publicado pelo júri do procedimento a 09-10-2012, no qual se propõe a exclusão de todas as propostas apresentadas por estas terem ultrapassado o preço base definido de 54.432,00€, acrescido de IVA à taxa de 23%, tendo decorrido o período de audiência prévia até ao dia 16-10-2012.

Considerando que das propostas apresentadas no âmbito do P.A. N.º 54/2012-AP/DOEM a do concorrente RONSEGUR, RONDAS E SEGURANÇA, LDA apresenta o valor mais baixo e ascende a 65.640,00 euros, acrescidos de IVA à taxa de 23%, valor acima do preço base do procedimento.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 15/11/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 26

Considerando que o júri do procedimento do PA n.º 54/2012-AP/DOEM a 17-10-2012 elaborou o relatório final e propôs manter a exclusão de todas as propostas e a não adjudicação do P.A. N.º 54/2012-AP/DOEM.

Considerando que por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande de 17-10-2012 foi determinada a não adjudicação do P.A. N.º 54/2012-AP/DOEM, com o objeto *“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DOS ESTALEIROS MUNICIPAIS DA MARINHA GRANDE”*.

Considerando que atenta informação da DOEM de 15-10-2012 se confirma a manutenção da necessidade de contratualização da *“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DOS ESTALEIROS MUNICIPAIS DA MARINHA GRANDE”* considerando que a autarquia não possui recursos humanos para a prestação do serviço, 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Considerando que a A.C.T. (Autoridade para as Condições do Trabalho) emitiu um comunicado, recebido na CMMG a 29-08-2012, em que recomenda às empresas de segurança privada que não pratiquem preços finais inferiores aos custos descritos no quadro 1 do Anexo I, 6.019,68€/mês, acrescido de IVA à taxa de 23%, bem como às entidades utilizadoras de serviços de vigilância privada que não negociem preços inferiores ao supra enunciado.

Considerando que o preço anual recomendado pela A.C.T., 72.236,16 € acrescidos de IVA à taxa de 23%, é superior ao preço base de 54.432,00€ acrescido de IVA à taxa de 23%, para o período de 12 meses, estabelecido no Processo de Aquisição n.º 54/2012-AP/DOEM - *“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DOS ESTALEIROS MUNICIPAIS DA MARINHA GRANDE”*.

Considerando que face ao exposto foram requeridos esclarecimentos à A.C.T. por parte da CMMG através do nosso ofício S/4096/2012 de 17/09/2012, Anexo II, nomeadamente que fosse esclarecido se a recomendação da A.C.T. prevalece sobre o teor das normas legais preceituadas no n.º1 do art.º 26.º da LOE de 2012, em cumprimento do disposto no art.º19.º da LOE 2011.

Em resposta ao requerido pela CMMG foi recebida resposta pela A.C.T., através de ofício datado de 08-10-2012, recebido na CMMG com data de 10-10-2012 com registo de entrada E/7544/2012, Anexo III, no qual se alude ao que de seguida se menciona:

“(…)

A Recomendação elaborada pela ACT às empresas de segurança privada, empresas ou entidades públicas ou privadas utilizadoras destes serviços e informação aos trabalhadores, na sequência de afirmação conjunta dos parceiros sociais no âmbito do projeto de auto regulação do setor de atividade, não reveste carácter de ato legislativo nos termos em que os diplomas acima indicados o fazem.

Portanto, não se tratando de uma norma jurídica em sentido estrito, não se integrará em qualquer esquema de hierarquia normativo ou legislativo formal.

Configurar-se-á, no limite, como um comando administrativo que se convencionou designar de recomendação, conformado quer pelo princípio da concorrência leal entre as empresas, quer pela prestação de um serviço de qualidade aos utilizadores, de serviços de segurança privada, por se considerar que a adjudicação dos mesmos a preços anormalmente baixos, se reflete de um modo claro no incumprimento da legislação laboral.

Na verdade, foi este o sentido da emissão de tal comando pela ACT, enquanto serviço de promoção da melhoria das condições de trabalho, prossequindo entre outras a atribuição de promoção, controlo e fiscalização do cumprimento de disposições legais, regulamentares e convencionais respeitantes às relações e condições de trabalho, de acordo com os princípios vertidos nas Convenções da OIT ratificadas pelo Estado Português.

(...)

No contexto legal acima mencionado não poderia esta ACT deixar de promover o processo de auto regulação setorial em causa que culminou com a adoção da Recomendação já mencionada e que teve como finalidade precisamente assegurar o cumprimento das disposições legais a que se encontra vinculada.

E não o poderia deixar de fazer, inclusivamente atento o contexto social e económico que o país atravessa, que potência, através de práticas generalizadas de incumprimento de obrigações legais (fiscais, parafiscais e laborais) a prestação de serviços de vigilância a preços abaixo do custo mínimo do serviço, constituindo desse modo um fator de concorrência desleal entre empresas e amiúde a prestação de serviços de vigilância em más condições, que não só se repercutem na imagem do setor e respetivos atores sociais, como sobretudo nas condições de trabalho dos trabalhadores a eles afetos.(...).”

Considerando que a A.E.S., Associação de Empresas de Segurança, remeteu a esta autarquia uma comunicação recebida na CMMG a 10-10-2012, com o registo de entrada E/7535/2012, Anexo IV, em que recomenda que em quaisquer procedimentos pré-contratuais abertos pela CMMG seja adequado o valor base do concurso de molde que este abarque o custo dos serviços que pretendam contratar e ainda uma margem de lucro para as empresas que o prestem e rejeitar sempre as quaisquer propostas que apresentem um preço abaixo do valor mensal de 6.519,31 €, correspondente ao custo de referência de um serviço de vigilância 24h TDA (24 horas todos os dias do ano) ou que no limite seja solicitado às proponentes os esclarecimentos necessários para a justificação do preço proposto nos termos do disposto no art.º 70.º, n.º2, alíneas e), f) e g) do Código dos Contratos Públicos.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
15/11/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 26

Considerando que as comunicações supra referidas se consubstanciam em meras recomendações e que a autarquia desconhece o tipo de contrato celebrado entre as empresas e os trabalhadores.

Considerando que face ao exposto se pretende celebrar contrato para o período de 10 meses, com início previsto a 1 de dezembro de 2012 e que apesar de todas as tentativas já realizadas a autarquia não gorou resultados, considerando que nenhuma das propostas apresentadas se confinou ao preço base com redução remuneratória.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2012 e 2013 relativa à *“Prestação de serviços de vigilância dos estaleiros municipais da Marinha Grande”*, na classificação orgânica/económica 10/020218 e ação do PAM 2012/A/2.

Considerando que o preço base a aplicar, atenta deliberação tomada em reunião de câmara de 31-10-2012, foi de 54.700,00 euros acrescido de IVA à taxa de 23%, para o período de 10 meses, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objecto do contrato a celebrar.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica à contratualização de serviços de vigilância dos estaleiros municipais da Marinha Grande.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 12/11/2012, deliberou conceder autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais com a celebração do contrato de *“Prestação de serviços de vigilância dos estaleiros municipais da Marinha Grande”*, dando cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro, conforme deliberação em anexo.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro e os preceitos estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Prestação de serviços de vigilância dos estaleiros municipais da Marinha Grande”*, para o período de 10 meses com início previsto a 1 de dezembro de 2012.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

24 - ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS APOIADAS PARA ENTRADA EM VIGOR, A PARTIR DE 1 DE DEZEMBRO DO CORRENTE ANO.

738 - Presente informação n.º 1183 da Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social (DEDIS), datada de 29 de outubro do corrente ano, referente à necessidade de atualização dos valores de algumas rendas, para entrada em vigor durante o mês de dezembro do corrente ano.

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Considerando que os contratos de arrendamento em causa se regem pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando que o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando a apresentação de rendimentos das famílias em causa;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, a renda atualiza-se, também anual e automaticamente, em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar,

A Câmara analisou a referida informação e ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, delibera no uso de competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, proceder à atualização anual das rendas de habitação social, constantes nos seguintes quadros:

A partir de dezembro:

1 – Avenida da Liberdade

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/11	RENTA/12
L	Maria Filomena B. Santos	2.º Fte Dto	30/11/2006	4,85€	4,85€
M	Mafalda Sofia G. Grácio	4.º Fte Esq.º	09/12/2008	19,01€	12,35€

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 15/11/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 26

2 – Rua Professor Melo Vieira

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENDA/11	RENDA/12
3	Maria Teresa Emídio Simões	2.º Esq	25/10/2004	4,85€	4,85€

3 - Rua Adriano Marques Nobre

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENDA/11	RENDA/12
Leonor Mendes Duro	36	02/12/2004	24,52€	25,50€

Mais delibera que os valores das rendas acima descritas entrem em vigor, a partir de 1 de dezembro do corrente ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

25 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia catorze de novembro de dois mil e doze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **3.125.504,23 €** (três milhões, cento e vinte e cinco mil quinhentos e quatro euros e vinte e três cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

739 - De acordo com o previsto no art.º 83º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Câmara delibera por unanimidade analisar os seguintes assuntos:

1. **REQ. N.º 1727/12 – PC N.º 283/12 – FAMARI – FÁBRICA MARINHENSE DE CARTONAGEM, LDA.**
2. **REQ. N.º 792/12 – PC N.º 193/11 – SOCIEDADE DESPORTIVA E RECREATIVA GARCENSE**

3. REQ. N.º 1078/12 – PC N.º 1130/99 – ENGTOOL, LDA.
4. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS SOFRIDOS NUMA QUEDA EM PASSEIO PÚBLICO – RUA MARQUÊS DE POMBAL JUNTO DO JARDIM MUNICIPAL – REQUERENTE: ANA SOFIA FERREIRA DE OLIVEIRA MARQUES DA SILVA – APRECIÇÃO – DEFERIMENTO.
5. DOAÇÃO DE PEÇAS EM VIDRO DA AUTORIA DE ERGA REHNS
6. ACEITAÇÃO DE DOAÇÃO DE VIATURA POR PARTE DA GILSOMA AUTOMÓVEIS E ACESSÓRIOS LDA, PARA O SERVIÇO DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DA MARINHA GRANDE.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - REQ. N.º 1727/12 – PC N.º 283/12 – FAMARI – FÁBRICA MARINHENSE DE CARTONAGEM, LDA.

740 - Presente Pedido de Informação Prévia em nome de FAMARI-FABRICA MARINHENSE DE CARTONAGEM, LDA, para a ampliação de uma unidade industrial existente, sita na Estrada de Pero Neto, na Freguesia e Concelho da Marinha Grande;

Presentes informações técnicas da DOP e da DUL, enquadrando a pretensão face aos instrumentos de planeamento territorial em vigor, considerando viável a pretensão, devendo garantir-se alguns condicionalismos que passarão a ser parte integrante da presente deliberação;

Presente processo antecedente, PC n.º 586/03, deferido em reunião de Câmara a 30/10/2003, bem como os antecedentes respetivos;

A Câmara deliberou informar ser viável a pretensão de ampliação da unidade industrial existente, com os seguintes condicionalismos:

1. O afastamento mínimo dos edifícios, assim como quaisquer instalações de retenção ou depuração de efluentes (fossas sépticas, etc.) a construir no âmbito da ampliação pretendida, aos limites da parcela é de 15 m.
2. Deverá manter-se a rede de caminhos vicinais existente, podendo o seu traçado ser, contudo alterado, desde que com o anuimento expresso dos titulares dos terrenos que por ela são servidos.
3. O projecto a apresentar deverá cumprir o disposto no Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, publicado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março e

garantir a sua correta articulação com o Sistema de Indústria Responsável, publicado pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de Agosto.

- 4. Deverá proceder-se à unificação, junto da Conservatória do Registo Predial, da totalidade dos artigos matriciais sobre os quais se situa a unidade industrial em causa numa única parcela.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

2 - REQ. N.º 792/12 – PC N.º 193/11 – SOCIEDADE DESPORTIVA E RECREATIVA GARCENSE

741 - Presente Pedido de Licenciamento referente à *“Legalização das Instalações da Sede da Sociedade Desportiva e recreativa Garcense”* existente, sita na Rua Central, Lugar de Garcia, Freguesia de Marinha Grande.

Presente Parecer Favorável Condicionado emitido pela Autoridade de Saúde – ACES Pinhal Litoral II da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., que se transcreve:

(...)

Favorável Condicionado.

- 1. Desde que seja cumprida na íntegra o exposto no projeto e demais legislação aplicável.*
- 2. A torneira da cuba de lavagem da copa suja, deve ser dotada de sistema de acionamento não manual (n.º 4, artigo 6.º do decreto Regulamentar n.º 20/2008, de 27 de Novembro);*
- 3. As instalações sanitárias destinadas ao uso do pessoal, devem ser dotadas de lavatórios com sistema de acionamento de água não manual (n.º 2, artigo 7.º do Decreto Regulamentar n.º 20/2008, de 27 de Novembro);*
- 4. A instalação sanitária para pessoas com mobilidade condicionada, deve cumprir com a Secção 2.9, Capítulo 2, do anexo ao Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto).*

(...)

Presente parecer técnico dos serviços que atesta a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do Projeto de Arquitetura apresentado, com determinadas condições.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, incluindo Projeto de Segurança Contra Risco de Incêndio, devidamente aprovado pela Autoridade Nacional de Proteção Civil.**

2. Apresentação, em igual período, de peça gráfica correspondente ao Alçado Lateral Esquerdo (alçado Sul) devidamente elaborada de acordo com o estipulado no n.º 2 do art. 1363.º do Código Civil, ou seja, contendo vãos de iluminação/ventilação situados pelo menos a um metro e oitenta centímetros de altura, a contar do solo ou do sobrado, não devendo ter, numa das suas dimensões, mais de quinze centímetros, sendo que a altura de um metro e oitenta centímetros, respeita a ambos os lados da parede ou muro onde essas aberturas se encontram.
3. Cumprimento dos condicionalismos expressos no Parecer Favorável Condicionado emitido pela Autoridade de Saúde – ACES Pinhal Litoral II da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P..
4. A instalação da bateria de recetáculos postais domiciliários seja executada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.
5. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Caso a coletividade venha a instalar equipamentos de diversão neste edifício, estes ficarão sujeitos às normas estabelecidas no Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29/09.
2. Nos termos do n.º 6 do art. 54.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.
3. Nos termos do disposto no art. 10.º do Decreto-Lei n.º 234/07, de 19/06, após emissão da autorização de utilização, deverá remeter à Câmara Municipal, com cópia à Direção Geral das Atividades Económicas do Ministério da Economia e do Emprego, Declaração Prévia prevista no n.º 1 do art. 11.º do mesmo diploma legal, elaborada e instruída de acordo com o modelo publicado em anexo à Portaria n.º 573/07, de 17/07.
4. A “afixação e inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, industrial, artesanal ou liberal, independentemente do suporte utilizado para a sua divulgação, quando visíveis ou perceptíveis do espaço público”, ficam sujeitas a licenciamento, no âmbito do regime previsto no Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público com Equipamento Mobiliário Urbano do Município da Marinha Grande.
5. Deverá ser dado cumprimento ao preceituado na legislação em vigor sobre o ruído.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - REQ. N.º 1078/12 – PC N.º 1130/99 – ENGTOOL, LDA.

742 - Presente Processo Camarário em nome de ELECTROFREZA, LDA., referente ao licenciamento da legalização da obra de “*Construção de Unidade Industrial*”, levada a efeito num prédio sito em Comeiras, Lugar de Pedrulheira, Freguesia de Marinha Grande, à qual foi atribuído Alvará de Obras de Legalização n.º 26/11, de 28/03 e Alvará de Autorização de Utilização n.º 33/11, de 15/04.

Presente Garantia Bancária n.º 125-02-1737104, datada de 09/03/2011, do Banco Comercial Português, S.A., no valor de EUR 19.895,95 (dezanove mil oitocentos e noventa e cinco euros e noventa e cinco cêntimos), prestada por ELECTROFREZA, LDA., no âmbito dos condicionalismos impostos ao referido licenciamento, destinada a garantir a boa e regular execução das obras de urbanização, designadamente, ampliação da conduta de rede de abastecimento de água e requalificação da infraestrutura viária existente (Rua da Indústria Metalúrgica).

Presente requerimento n.º 1077/12, de 27/06, em nome de ENGTOOL, LDA., atual proprietária do referido prédio, a solicitar o averbamento do processo anteriormente em nome ELECTROFREZA, LDA., tendo sido deferido por Despacho do Sr. Presidente datado de 14/11/2012.

Presente requerimento n.º 1078/12, de 27/06, em nome de ENGTOOL, LDA., a solicitar a substituição e cancelamento da referida garantia bancária, prestada pela firma ELECTROFREZA, LDA., anterior proprietária do imóvel, por garantia bancária de igual valor e condições, em virtude de ser a atual proprietária do referido prédio urbano e titular do respetivo processo de licenciamento.

Presente parecer técnico dos serviços a enquadrar devidamente a pretensão.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou aceitar a substituição da Garantia Bancária n.º 125-02-1737104, datada de 09/03/2011, do Banco Comercial Português, S.A., no valor de EUR 19.895,95 (dezanove mil oitocentos e noventa e cinco euros e noventa e cinco cêntimos), prestada por ELECTROFREZA, LDA., no âmbito dos condicionalismos impostos ao referido licenciamento da legalização da obra de “*Construção de Unidade Industrial*”, levada a efeito num prédio sito em Comeiras, Lugar de Pedrulheira, Freguesia de Marinha Grande, à qual foi atribuído Alvará de Obras de Legalização n.º 26/11, de 28/03 e Alvará de Autorização de Utilização n.º 33/11, de 15/04, por garantia bancária de igual valor e condições, a prestar ENGTOOL, LDA., atual proprietária do prédio objeto da operação urbanística referida e titular do respetivo processo de licenciamento.

Mais deliberou informar a firma ELECTROFREZA, LDA., que a comunicação do cancelamento à instituição bancária da atual Garantia Bancária nº 125-02-1737104,

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
15/11/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 26

datada de 09/03/2011, do Banco Comercial Português, S.A., só ocorrerá após apresentação da nova garantia bancária a prestar por ENGTOOL, LDA.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS SOFRIDOS NUMA QUEDA EM PASSEIO PÚBLICO – RUA MARQUÊS DE POMBAL JUNTO DO JARDIM MUNICIPAL – REQUERENTE: ANA SOFIA FERREIRA DE OLIVEIRA MARQUES DA SILVA – APRECIACÃO – DEFERIMENTO.

743 - Presente requerimento apresentado em 16-10-2012, por Ana Sofia Ferreira de Oliveira Marques da Silva (registo de entrada n.º E/7762/2012), no qual solicita indemnização pelos danos que sofreu numa queda em passeio público junto do Jardim Municipal, na Rua Marquês de Pombal, Marinha Grande, quando no dia 12-07-2011, pelas 10H55, tropeçou e caiu num buraco ali existente e sem qualquer sinalização, obrigando-a a recorrer a cuidados médicos no centro de saúde e no hospital.

Presente Informação n.º I/1150/2012-FO, de 19-10-2012 e 06-11-2012, na qual se reapreciam os factos invocados pela requerente e as provas produzidas, e se conclui que pela verificação cumulativa dos pressupostos da responsabilidade civil extracontratual das pessoas colectivas públicas no domínio dos actos de gestão pública, deve o município da Marinha Grande indemnizar a lesada pelos danos que provavelmente não teria sofrido se não fosse a lesão causada pelo evento, isto é, se o local estivesse devidamente reparado ou sinalizado de modo a prevenir o acidente.

A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação n.º I/1150/2012 – FO, que aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera deferir o pedido de indemnização, ressarcindo os danos computados no valor de 184,50€ (cento e oitenta e quatro euros e cinquenta cêntimos), apresentado por Ana Sofia Ferreira de Oliveira Marques da Silva, em virtude de se mostrarem verificados todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual dando-se, assim, por verificada a reconstituição da situação que existiria se não se tivesse verificado o evento que obrigou à reparação dos danos.

Mais deliberou cometer à DGF-Divisão de Gestão Financeira o pagamento da indemnização à requerente através do procedimento de transferência bancária, para a conta identificada da CGD identificada no processo, uma vez que a mesma se encontra atualmente a residir na Alemanha.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - DOAÇÃO DE PEÇAS EM VIDRO DA AUTORIA DE ERGA REHNS

744 - Presente informação I/1254/2012 relativa à proposta de doação de Erga Rehns, artista plástica, que trabalhou Fábrica-Escola Irmãos Stephens entre meados de 1986 e 1992, a convite do Eng. Victor Carvalho, tendo trabalhado com alguns dos grandes Mestres Vidreiros da fábrica (como Joaquim Domingues, Ilídio Fortunato e António Esteves, entre outros) na criação das suas esculturas e peças em cristal.

Atualmente vive em Wadi Run, na Jordânia, encontrando-se a preparar seu regresso para Portugal no próximo ano.

O Museu do Vidro conseguiu localiza-la em setembro deste ano, dada a necessidade de obter informação para classificação e caracterização das peças que possui no seu acervo, bem como de preparar a exposição permanente no Núcleo de Arte Contemporânea do Museu do Vidro. Esta disponibilizou-se para vir à Marinha Grande (uma vez que tinha uma viagem programada a Portugal), numa visita que decorreu nestes últimos dois dias, durante a qual nos forneceu informação sobre o seu percurso e produção artística, bem como sobre a época em que trabalhou na Marinha Grande.

No final da visita, transmitiu ao Museu do Vidro a sua vontade de doar alguns trabalhos que ainda tem em sua posse, para fins exclusivamente museológicos, nomeadamente:

- Uma escultura em cristal transparente com base em pedra, com aproximadamente 52,5cm de altura;
- Uma escultura em cristal policromo, com forma cônica, aberta nos dois topos, com aproximadamente 30cm de altura e cerca de 25cm de diâmetro;
- Uma escultura em cristal policromo, com forma cilíndrica, aberta nos dois topos, com aproximadamente 38cm de altura (máxima);
- Uma escultura em cristal policromo, com aplicação de “cordas” de cristal transparente, aberta nos dois topos, com aproximadamente 40cm de altura;
- Um disco em cristal policromo, com aproximadamente 37cm de diâmetro;

Deste modo, atendendo à importância deste conjunto de bens para a história da indústria vidreira e das artes plásticas em Portugal, para a coleção de arte contemporânea do Museu do Vidro e para a vocação e objetivos do museu, propõe-se a aceitação das peças acima referidas nos termos descritos, bem como a aceitação do contrato de doação em minuta, em anexo (**Anexo 2**).

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 15/11/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 26

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera, ao abrigo do alínea h), do n.º 1, do art.º 64, do Decreto-Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, aceitar a doação supra referida nos termos descritos, uma vez que se trata de um conjunto de bens com grande importância para a história da indústria vidreira e das artes plásticas em Portugal, para a coleção de arte contemporânea do Museu do Vidro, e para a vocação e objetivos do Museu do Vidro. Mais delibera aprovar o contrato de doação em minuta.

A deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - ACEITAÇÃO DE DOAÇÃO DE VIATURA POR PARTE DA GILSOMA AUTOMÓVEIS E ACESSÓRIOS LDA, PARA O SERVIÇO DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DA MARINHA GRANDE.

745 - Presente proposta de doação de um veículo automóvel ligeiro de passageiros, apresentada pela empresa Gilsoma - Automóveis e Acessórios Lda., com encargo de utilização do Parque Municipal de Exposições por um período de nove dias, no presente ano e nos dois seguintes.

Considerando que a viatura será afeta exclusivamente à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Marinha Grande.

Considerando que as doações podem ser acompanhadas de cláusulas modais, pelas quais se imponha um encargo a suportar pelo beneficiário da doação, desde que este não seja suportado no eventual rendimento do bem doado (artigo 963.º, do Código Civil).

Considerando que o veículo automóvel não produzirá qualquer rendimento, antes sendo afetado a funções de natureza social, pelo que o encargo apostado será suportado diretamente pelo donatário.

A Câmara Municipal analisou o assunto e considerando que, com a aceitação da referida viatura contribuirá de forma inequívoca para uma maior eficácia de resposta por parte da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Marinha Grande, delibera ao abrigo da alínea h) do n.º 1 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, aceitar a doação do veículo ligeiro de passageiros marca Fiat Punto, com a matrícula 07-BH-35, de cor cinzenta, avaliado atualmente em 6.450,00€, obrigando-se à disponibilização do Parque Municipal de Exposições (pavilhões 1 e 2), por períodos de nove dias, no presente ano e nos dois anos seguintes, em datas a acordar, para a realização do Salão de Automóveis Usados.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
15/11/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 26

A Câmara Municipal delibera:

A) Que o referido veículo deverá ser apenas da exclusiva utilização dos técnicos ao serviço da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Marinha Grande, independentemente do destino ou do horário de utilização;

B) Suportar todas as despesas e encargos inerentes ao funcionamento e utilização do dito veículo, nomeadamente: a transferência de propriedade a favor do Município, imposto de circulação, seguro, outros encargos legais, combustível, portagens, despesas de reparação e manutenção e ainda outros encargos ou despesas que se venham a revelar necessárias para a utilização do veículo pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Marinha Grande, salvo multas de trânsito e/ou estacionamento, que ficarão obviamente a cargo dos respetivos condutores.

C) Enviar um ofício de agradecimento à empresa Gil Soma - Automóveis e Acessórios Lda e tornar público, através de comunicado à imprensa, o elevado sentido de responsabilidade social manifestado por esta empresa.

D) Remeter a presente deliberação à Divisão de Gestão Financeira, para que sejam desenvolvidos todos os procedimentos conducentes à transferência da propriedade do veículo a favor do Município, momento a partir do qual estarão reunidas as condições, logo que cumpridas as formalidades legais, para o início da utilização do mesmo por parte da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

~~~~~

#### APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

**746 - Por último a Câmara, usando a faculdade que lhe confere o n.º 3 do art.º 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta.**

**E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 12:10 horas.**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
15/11/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 26

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do art.º 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

**O Presidente**

**A Secretária da reunião**